

Debates

30 DE MAIO DE 2023

50ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: AGENTE FEDERAL DANILO BALAS, GUILHERME CORTEZ, REIS, ANDRÉ DO PRADO e PAULO CORREA JR

Secretaria: ALEX MADUREIRA, DIRCEU DALBEN, VALERIA BOLSONARO e FABIANA BARROSO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - EDUARDO SUPLYCY Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - GUILHERME CORTEZ Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - BETH SAHÃO Para comunicação, faz pronunciamento.
5 - PRESIDENTE AGENTE FEDERAL DANILO BALAS Solicita aos presentes que permaneçam em silêncio por um minuto, em respeito ao falecimento de filho de servidora desta Casa.
6 - LEONARDO SIQUEIRA Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - GUILHERME CORTEZ Assume a Presidência.
8 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - SIMÃO PEDRO Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - VITÃO DO CACHORRÃO Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - REIS Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - DR. ELTON Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
13 - REIS Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - EDUARDO SUPLYCY Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - REIS Assume a Presidência.
16 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO Por inscrição, faz pronunciamento.
17 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.
18 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA Por inscrição, faz pronunciamento.
19 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO Pelo art. 82, faz pronunciamento.
20 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS Pelo art. 82, faz pronunciamento.
21 - PAULO MANSUR Pelo art. 82, faz pronunciamento.
22 - SIMÃO PEDRO Para comunicação, faz pronunciamento.
23 - GILMACI SANTOS Para comunicação, faz pronunciamento.
24 - PRESIDENTE REIS Rebate o pronunciamento do deputado Gilmaci Santos.
25 - GILMACI SANTOS Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
26 - PRESIDENTE REIS Defere o pedido e suspende a sessão às 16h13min.
ORDEM DO DIA
27 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h36min. Coloca em discussão o requerimento de urgência ao PL 752/21.
28 - PAULO FIORILO Solicita verificação de presença.
29 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.
30 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO Discute o requerimento de urgência ao PL 752/21.
31 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO Informa que será realizada audiência pública para tratar do PL 752/21 oportunamente.
32 - SIMÃO PEDRO Discute o PL 752/21 (apartado pelo deputado Dr. Jorge do Carmo).
33 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO Reitera que será realizada audiência pública para tratar do PL 752/21.
34 - MARINA HELOU Discute o requerimento de urgência ao PL 752/21.
35 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO Solicita aos presentes que permaneçam em silêncio por um minuto em respeito ao falecimento de filho de servidora desta Casa.
36 - CARLOS GIANNAZI Solicita verificação de presença.
37 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.
38 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA Discute o requerimento de urgência ao PL 752/21.
39 - PAULO CORREA JR Assume a Presidência.
40 - ALTAIR MORAES Para comunicação, faz pronunciamento.
41 - PAULO FIORILO Para comunicação, faz pronunciamento.
42 - PRESIDENTE PAULO CORREA JR Anuncia a presença em plenário da primeira-dama de Limeira, Roberta Botion.
43 - PAULO FIORILO Discute o requerimento de urgência ao PL 752/21.
44 - MARCIO NAKASHIMA Solicita verificação de presença.
45 - PRESIDENTE PAULO CORREA JR Indefere o pedido, ante a constatação visual de quórum.
46 - PAULO FIORILO Solicita verificação de presença.
47 - PRESIDENTE PAULO CORREA JR Defere o pedido.
48 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO Assume a Presidência. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.
49 - CARLOS GIANNAZI Discute o requerimento de urgência ao PL 752/21.
50 - BARROS MUNHOZ Discute o requerimento de urgência ao PL 752/21.
51 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO Encerra a discussão do requerimento de urgência ao PL 752/21. Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Cumprimenta autoridades presentes no plenário. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 31/05, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Agente Federal Danilo Balas.
* * *

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Iniciamos agora com o Pequeno Expediente chamando os seguintes deputados: Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.)

Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.)

Deputado Eduardo Suplicy, V. Exa. tem o tempo regimental. O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, é importante estarmos atentos às mortes recorrentes de pessoas em situação de rua em São Paulo.

Em 14 de maio último, os jornais noticiaram que um homem identificado pelo nome de Odair Mesquita dos Santos, morador em situação de rua, de 58 anos, foi encontrado morto debaixo da passarela Vanzolini com a Alameda Santos, no bairro Jardins, zona oeste de São Paulo.

Entidades e movimentos em defesa da população de rua atribuem a morte de Odair ao frio que atingiu a capital durante a noite. Isso é inaceitável, mas, infelizmente, não é caso isolado como as justificativas das SMADS fazem parecer quando relata que as equipes dos Serviços Especializados de Abordagem Social estão realizando atendimentos numerosos e constantes, insistindo que há recusa de alguns às abordagens feitas.

É pouco provável que alguém se recuse a ser atendido neste período de baixas temperaturas sem um motivo plausível. É preciso observar os motivos dessas recusas caso realmente estejam acontecendo, pois elas podem indicar um sintoma de que há algo errado com os equipamentos e com as abordagens.

Hoje, ao abrir as redes sociais, deparo-me com o triste relato do padre Júlio Lancellotti sobre outra pessoa em situação de rua que morreu de frio na calçada da Rua Taguatinga, no bairro da Mooca, zona leste de São Paulo, só que aqui há um terrível agravante: essa calçada fica a cerca de 500 metros do abrigo emergencial da Prefeitura.

Neste mesmo vídeo, há relatos colhidos pelo próprio padre Júlio Lancellotti de pessoas em situação de rua afirmando que esperam horas na fila para entrarem nos abrigos emergenciais. Muitos são rejeitados alegando lotação, mas quando alguns conseguem entrar, observam que sobram camas vazias sem nenhuma explicação. Se estiver pronto o vídeo para passar, que possa ser exibido.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

Há algo incompatível entre o que diz a Smart e o que vive a população em situação de rua. Atualmente, segundo levantamento de 2022 feito pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, que os soldados do CadÚnico, temos 48.261 pessoas vivendo sem abrigo, ou seja, 25% da população em situação de rua do País estão concentrados no município de São Paulo. Considerando que há subnotificação, esse número pode ser ainda maior. Isso exige seriedade, maior rigor no trabalho de assistência e total assistência da parte da Prefeitura.

Sr. Presidente, eu gostaria de também chamar a atenção e manifestar solidariedade à população indígena, que está preocupada com decisão que está por ser tomada pelas autoridades, inclusive da Justiça, porque hoje pela manhã estava a população indígena ali junto ao Morro do Jaraguá, da Aldeia Jaraguá. Eles estavam fazendo um protesto com respeito à legislação que poderá prejudicar significativamente a população indígena. Dai houve uma forte repressão por parte da Polícia, dos órgãos da Segurança, contra a população indígena. Aqui manifesto a minha solidariedade a essas pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - Dando sequência à lista do Pequeno Expediente, tem a palavra o deputado Caio França. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o público que nos acompanha aqui da galeria ou através da Rede Alesp, todos os servidores que acompanham a gente nesta Casa.

Presidente, primeiro eu queria falar que ontem a gente teve um evento e um ato muito bonito aqui na Assembleia, que foi o lançamento da Frente Parlamentar de Combate às Mudanças Climáticas, a primeira frente com essa motivação que a gente tem na história desta Assembleia.

Com muito orgulho, eu tenho a satisfação de presidir e de ter sido o autor desta proposta com o apoio de outros 27 parlamentares estaduais desta Casa. Acho que como a ciência mostra para gente cotidianamente: as mudanças climáticas já são uma realidade no nosso País, no nosso Estado.

As cenas que a gente viu em São Sebastião e o efeito avassalador que esses eventos climáticos cada vez mais extremos cada vez mais violentos tem sobre a população nos convidam a tomar uma medida enquanto ainda é tempo para a gente reverter esse rumo de destruição.

Por isso essa frente parlamentar que começou ontem com uma grande diversidade de lutadores do movimento indígena, do movimento sindical, de ativistas ambientais, é uma frente que vai ser muito importante no próximo período para articular os parlamentares desta Casa, mas também os movimentos sociais em torno do tão necessário combate à mudança climática.

E por falar em mudança climática, hoje é um dia muito importante de mobilização do movimento indígena brasileiro, em razão de que o Congresso Nacional vai retomar a discussão sobre o Projeto de lei nº 490, que basicamente quer legalizar aquela tese irrisória sobre o marco temporal, que já a algum tempo está sendo discutido no Supremo Tribunal Federal.

Eu vou explicar: o marco temporal é uma ideia de que os povos indígenas, que têm uma história secular no Brasil, que estão presentes no nosso país muito antes do chamado “descobrimento”, em 1500. Mas o marco temporal é uma teoria que quer limitar o direito à demarcação dos territórios indígenas a apenas aqueles territórios em que comprovadamente povos indígenas habitassem no dia cinco de outubro de 1988.

Isso é inacreditável, isso é inimaginável, de fato, porque você não pode restringir a história, a resistência, a presença e a participação dos povos indígenas no Brasil a apenas de 1988 para cá. Isso é um apagamento total de uma história de um povo, que no nosso país foi vítima de todo tipo de tentativa de apagamento, de silenciamento, de genocídio.

E por isso, na semana passada, a gente viu uma noite de horrores no Congresso Nacional, num dia em que os deputados federais avançaram com um projeto para desmontar a estrutura do Ministério do Meio Ambiente, desmontar a estrutura do Ministério dos Povos Indígenas.

Afrouxar a proteção, a lei que protege a Mata Atlântica, um bioma tão importante aqui do estado de São Paulo e que no último fim de semana foi comemorado o dia da Mata Atlântica. Mas, lamentavelmente, a gente não teve nada para comemorar porque a Mata Atlântica é o bioma brasileiro que é mais degradado, que é mais depredado, que foi mais desmatado.

E de presente para a Mata Atlântica, que é um bioma tão importante no nosso país, na última semana o Congresso Nacional também tentou flexibilizar os mecanismos que a gente tem de proteger a Mata Atlântica. E se avançou também no

Congresso Nacional com um regime de urgência para se discutir esse Projeto de lei nº 490 do marco temporal.

E não por outro motivo hoje é um dia de mobilização nacional dos povos indígenas brasileiros, mas, sobretudo, de todos aqueles que entendem, presidente, que sem demarcação dos territórios indígenas a gente não vive uma democracia de fato.

Sobretudo, de todos aqueles que entendem que a luta pela demarcação das terras indígenas não é uma luta só em defesa da memória dos povos indígenas, mas também é uma luta em defesa do nosso futuro porque, comprovadamente, são os territórios indígenas demarcados a principal barreira, a principal fortaleza que a gente tem no Brasil e no mundo inteiro contra o avanço do desmatamento, contra o avanço da destruição do nosso meio ambiente.

Então, a gente lutar ao lado dos povos indígenas pelo seu direito à demarcação é uma luta em defesa da justiça, é uma luta em defesa da democracia, é uma luta contra o processo de apagamento e genocídio histórico dos povos originários do nosso Brasil.

E é uma luta de todos nós porque também é uma luta em defesa do nosso futuro contra a destruição ambiental e contra as mudanças climáticas.

Por isso, nesse dia de hoje, eu quero me somar junto ao movimento indígena brasileiro na luta para dizer que nós não vamos aceitar esse Projeto de lei nº 490, não vamos aceitar marco temporal.

Nós estamos ao lado dos povos indígenas porque a história do Brasil não começou em 1500, e também não começou muito menos em 1988. A história do Brasil vem de muito antes, o Brasil é solo indígena, São Paulo é solo indígena e a gente vai seguir na luta pela demarcação dos territórios indígenas.

Obrigado, presidente.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Para uma comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - É regimental, deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Apenas aqui para trazer nesse dia triste também para todos nós, onde uma funcionária desta Casa, a nossa querida Dilma, uma funcionária antiga, responsável por um setor que cuida das nossas contas, que faz com que a gente seja ainda mais cuidadoso daquilo que ela sempre, com seus olhos e com sua lupa, nos orienta.

E hoje ela está passando por um momento que nenhuma mãe gostaria de passar, porque perdeu seu filho Lorenzo, de 18 anos, na flor da idade, e certamente a gente não pode dimensionar esta dor.

Então, gostaria de pedir a V. Exa. em forma de transmitir essas energias para ela, para que Deus possa lhe dar muita força, não só ela como mãe, mas a todos os seus familiares nesse momento de dor intensa, desse sofrimento profundo, um minuto de silêncio.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - Deputada Beth Sahão, é justo esse pedido. Eu peço que todos os deputados e deputadas se coloquem em pé, os servidores desta Casa, e que Deus conforte não só a Dilma, mas todos os familiares.
* * *

- É feito um minuto de silêncio.

* * *

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - Agradeço à deputada Beth Sahão pela lembrança.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - Dando sequência ao Pequeno Expediente, chamamos o deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputado Dr. Elton. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Leonardo Siqueira. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. LEONARDO SIQUEIRA - NOVO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, deputados e deputadas; deputado Danilo Balas, que preside a sessão; queria aproveitar esse momento meu aqui nessa tribuna para falar sobre um assunto que me envolve diretamente e também os funcionários da ativa e pensionistas do Banco do Brasil.

Pouco tempo atrás o presidente Luiz Inácio Lula da Silva indicou para administrar, para presidir o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, João Luiz Fukunaga. Acontece que a Previ é um dos maiores, se não o maior fundo de previdência, e o maior fundo de investimento na América Latina, com mais de 200 bilhões de ativos sob gestão.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Guilherme Cortez.

* * *

Para quem não sabe, um fundo de previdência é responsável por garantir a aposentadoria dos funcionários de qualquer instituição, nesse caso do Banco do Brasil. E o que acontece?

É que para você presidir um fundo desse, você precisa de alguma capacidade técnica, como acontece em qualquer fundo de investimento, como acontece em qualquer fundo de pensão de qualquer país, o que não é o caso que está acontecendo na Previ.

O João Luiz Fukunaga, e nada contra ele, pode ser um bom pai, ele deve ser um bom filho, uma pessoa de bom trato, mas ele não tem a capacidade para poder gerir esse fundo.

Ele é formado em História, com mestrado em História, e nunca administrou um fundo de investimento. Isso daí não dá credibilidade para ele administrar nenhum fundo pequeno no mercado financeiro, quanto mais o maior fundo de pensão da América Latina.

Então, o que acontece é que a gente entrou com uma ação popular contra ele, e aí o juiz federal, do Distrito Federal, acatou a nossa decisão, a nossa ação popular e afastou, do ponto de vista técnico, o João Luiz Fukunaga.

Acontece que essa pequena vitória durou dois dias, no máximo, porque ele foi reconduzido ao cargo. De novo não é nada contra a pessoa dele, mas é a favor dos funcionários do Banco do Brasil e dos pensionistas.

Por quê? Se a gente olhar o passado recente foi exatamente isso que aconteceu, utilizaram os fundos de pensão das estatais brasileiras, Caixa Econômica, Petrobras, Banco do Brasil para fazer política econômica, quando, na verdade, esse dinheiro deveria ser usado para poder garantir as aposentadorias dos funcionários.

O que aconteceu? Operação Greenfield, muita gente presa e mais de 50 bilhões de prejuízo aí dos fundos de investimento. E o que aconteceu? Quem pagou essa conta são os funcionários, funcionários, hoje, da Caixa Econômica Federal têm todo mês descontado na sua folha de pagamento um valor para poder contribuir com esse rombo.

O que a gente quer é que isso não aconteça mais, que não seja utilizado esse fundo para poder fazer política econômica, para poder investir naquilo em que meia dúzia de pessoas acredita e acabe por destruir a aposentadoria das pessoas que vão precisar lá na frente.

Então a gente vai recorrer dessa decisão. A gente está aqui para lutar a favor dos funcionários do Banco do Brasil. A gente já entrou com uma ação contra o Postalis também, que é o fundo de pensão dos Correios, para que esses fundos não sejam capturados politicamente, porque, no final do dia, quem vai sofrer é o brasileiro, que vai ter que pagar essa conta da má gestão, em especial, nesse caso, o Banco do Brasil e os Correios, o Postalis.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Obrigado, deputado Leonardo Siqueira. Chamo agora o deputado Agente Federal Danilo Balas. Vossa Excelência tem o tempo regimental para uso da tribuna.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputa-

dos, público que nos acompanha pela TV Assembleia, servidores desta Casa, antes de falar sobre o assunto principal que me traz a esta tribuna, quero parabenizar o trabalho de alguns vereadores do Interior de São Paulo que vêm fazendo excelente trabalho, vereadores que representam o município, que sempre estão nos acompanhando e pedindo investimentos para as respectivas cidades.

Parabenizar o Dr. Antonio Nidealco, de Salto de Pirapora. Enviamos emendas, investimentos para a área da Saúde a pedido do vereador Nidealco. Atua muito ajudando nas fiscalizações dos municípios para que os valores sejam aplicados exatamente onde precisam ser e faz um excelente trabalho ali, em Salto de Pirapora. Parabéns, vereador Nidealco, pelo trabalho que executa em Salto de Pirapora.

Também, a vereadora Chuca, de Piedade. Esse trabalho que ela vem fazendo, não só na área da Saúde, na área social, há cinco mandatos, repercute não só em Piedade, mas em toda a Região Metropolitana.

Uma vereadora experiente, que ajuda os mais necessitados e é exemplo em Piedade para os demais vereadores e todos os servidores que vestem a camisa do município. Então, parabéns, vereadora Chuca, pelo excelente trabalho.

Por fim, vereador Sidnei, da cidade de Quadra, pequena cidade de Quadra, que também ajudamos. O Sidnei solicitou e enviamos investimentos para a Educação, para a Saúde, brigou muito. A cidade de Quadra era o único município na beira da Rodovia Castelo Branco que não tinha ligação por asfalto. Olha que absurdo.

Ajudamos o Sidnei, a prefeitura também da cidade, a conquistar esse asfaltamento. Quadra, hoje, tem a ligação com a Rodovia Castelo Branco graças, muito, ao trabalho do vereador Sidnei. Então são vereadores que merecem a nossa lembrança aqui, na Assembleia Legislativa, pelo trabalho que fazem seus municípios.

Partindo para o assunto também que me traz a esta tribuna, a atuação da polícia de São Paulo, a atuação da Polícia Militar, eu tenho a honra de ser veterano da Polícia Militar, permaneci por 12 anos na gloriosa e me orgulha muito quando eu vejo homens e mulheres trabalhando 24 horas por dia, deputado Vitão, na nossa região, em todos os municípios.

A Polícia Militar está em 645 cidades do estado de São Paulo. E a Polícia Civil só não está, deputado Reis, porque muitas unidades tiveram que ser fechadas. Brigamos bastante, agora, pleiteando junto ao governador Tarcísio que a Segurança Pública tenha retomado o seu devido valor, como foi a recomposição salarial logo no primeiro semestre do mandato.

Mas ainda há muito por vir. Vamos representar muito a Segurança Pública. Então, a primeira imagem traz, a técnica pode colocar: Polícia Militar Rodoviária realiza a maior apreensão de maconha do ano, na rodovia Raposo Tavares.

Doze toneladas escondidas em fardos de papelão. Dia 29 de maio foi essa ocorrência, a apreensão, na cidade de Palmatal. Olha a quantidade de droga retirada da sociedade. Droga essa que, com certeza, seguia para a destruição de famílias do nosso Estado e do Brasil.

Segunda ocorrência. Temos lá o policial rodoviário, mais uma vez. São várias ocorrências dessa, diariamente. Policial fazendo a busca, apreensão de droga, apresentando as ocorrências, muitas vezes, na sede da Polícia Federal.

Porque muitas das ocorrências vêm do estado do Paraná. Consequentemente, a droga está vindo do Paraguaí. Então a polícia apreende duas toneladas e meia de maconha, escondidas numa carga de milho. Dia 28 de maio, na cidade de Nhandeara.

Por fim, mais uma ocorrência, no dia 26 de maio, a próxima. Polícia de São Paulo apreende 1.200 tablets de cocaína na rodovia Marechal Rondon, em Araçatuba. Ocorrência que a droga estava escondida numa carreta, dia 26 de maio, em Araçatuba.

Então é muito importante que nós façamos essa divulgação aqui, não só os deputados da base do Governo, ou da Segurança Pública, mas os 94 deputados desta Casa. Que a Polícia paulista trabalha 24 horas por dia, 7 dias por semana, fazendo o que pode, arriscando a própria vida para dar a devida segurança ao estado de São Paulo.

Temos muito a evoluir, é claro. Temos muito a melhorar, sim. Mas aqui o meu elogio aos homens e mulheres da Polícia Militar do Estado de São Paulo, dessas três ocorrências, e das polícias do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GUILHERME CORTEZ - PSOL - Obrigado, deputado Danilo Balas. Chamo agora o deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. Vossa Excelência tem o tempo regimental para o uso da tribuna.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente desta sessão, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos que acompanham os nossos debates pela TV Assembleia, pelas redes da Assembleia.

Sr. Presidente, me inscrevi para fazer um comentário a respeito do artigo de hoje do ex-vereador, arquiteto, urbanista da Politécnica, que é a escola de Arquitetura e Urbanismo da USP, professor Nabil Bonduki, que foi vereador já, e foi nosso sempre senador e deputado desta Casa.

Ele foi relator do Plano Diretor Estratégico da cidade de São Paulo. Não me estranhem eu falar de um assunto que é da Capital. Mas a capital de São Paulo tem 12 milhões de habitantes, um terço da população do Estado, quase um terço da população do Estado. Então, o que acontece aqui reflete também na vida de muitos cidadãos que vêm para cá para fazer compras, passear, visitar parentes.

É um assunto que afeta a todos, o Transporte Público, que é o processo de modificação do Plano Diretor. O Plano Diretor está em processo de revisão. O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, enviou um PL para fazer a revisão, que ele não modifica essencialmente.

Cría alguns problemas a mais. Não mexe com a questão climática. Mas ele amplia, por exemplo, a possibilidade de aumentar as construções de prédios, em torno de avenidas e estações de metrô e trem. Mais garagens. Ou seja, indiretamente está estimulando o uso de carros.

O Plano Diretor, além de direcionar o crescimento da cidade, onde vai ter indústria, onde vai ter habitação popular, onde se pode pôr comércio, onde deve-se preservar áreas verdes, áreas de agricultura, ele é um instrumento muito importante para direcionar o crescimento da cidade, para onde nós queremos que a cidade cresça.

Todas as cidades têm um plano diretor. Mas acontece que esta semana o vereador Rodrigo Goulart apresentou um substitutivo ao projeto do prefeito, que agrava completamente o plano diretor ora em vigor, em revisão. Por quê?

Ele, sem embasamento técnico nenhum, desprezando as dezenas de audiências públicas, os estudos que foram apresentados, que estão em debate, faz uma substituição que modifica completamente o espírito do plano diretor. O que ele propõe?

O plano diretor atual estimula, por exemplo, a construção de prédios de apartamentos até uma certa altura, tamanho, com garagens ou não, nos eixos que a gente chama estruturantes de transporte, não onde passa corredor de ônibus, onde tem linhas de trem, de metrô.

Há um estímulo para você construir prédios, adensar populacionalmente nesses locais. Por quê? Porque estimula o cidadão a deixar o carro em casa, a pegar o transporte público; e dialoga com a diminuição da poluição, do número de carros, do transtorno do trânsito e assim por diante.

Mas a proposta do substitutivo do vereador, por exemplo, aumenta o raio de possibilidade de construção de prédios - sem limites, com mais garagem, mais do que uma garagem - de 600 metros atuais, em volta das estações do metrô, para um quilômetro.